

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE CAXIAS
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
Seriedade, compromisso e competência.

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA PARA O CARGO DE PROCURADOR MUNICIPAL

A Comissão Organizadora do Concurso PUBLICA os critérios utilizados pela Banca Examinadora para correção das provas discursivas.

Comissão Organizadora do Concurso

ESPELHO DE CORREÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS

Questão 01 Critérios	Pontuação
Conceito do Princípio da Insignificância (3,00)	
Resposta pela não aplicação do princípio pelo STJ (1,00)	
Fundamentação da não aplicação do princípio pelo STJ (afrenta a moralidade administrativa e Súmula STJ) (2,50)	
Crime de descaminho – resposta pela aplicação do princípio (1,00)	
Fundamentação da aplicação do princípio para o crime de descaminho (art. 334, CP, Lei 10.522/2002 e limite de até R\$ 20 mil, a partir de março/2018, pelo STJ) (2,50)	
Parcial	
Desconto por erro gramatical (-0,25/erro) (máximo -3,00)	
TOTAL	
Questão 02 Critérios	Pontuação
Conceito sobre Direito de Greve dos Servidores Públicos – previsão constitucional ainda não regulamentada/ aplicação, no que couber, dos direitos de greve dos trabalhadores da rede privada/ direito limitado pela supremacia do interesse público, continuidade do serviço público e razoabilidade e proporcionalidade(3,00)	
Resposta pela possibilidade de desconto dos dias não trabalhados, exceto quando a greve for provocada por conduta ilícita do Poder Público. (2,00) <i>Vide STF. Plenário. RE 693456/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 27/10/2016 (repercussão geral) (Info 845).</i>	
Desconto não necessariamente único, possibilidade de parcelamento. (1,00) <i>Vide STJ. 2ª Turma. RMS 49.339-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 6/10/2016 (Info 592)</i>	

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE CAXIAS
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
Seriedade, compromisso e competência.

Resposta pela vedação dos policiais civis fazerem greve. (2,00)	
Competência da Justiça Comum (estadual ou federal) para decidir acerca da legalidade da greve (2,00). <i>Vide STF. Plenário. RE 846854/SP, rel. orig. Min. Luiz Fux, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 1º/8/2017 (repercussão geral) (Info 871).</i>	
Parcial	
Desconto por erro gramatical (-0,25/erro) (máximo -3,00)	
TOTAL	
Questão 03 Critérios	Pontuação
Conceito de teoria natalista – personalidade inicia apenas com nascimento com vida e fundamentação(2,50)	
Conceito de teoria da personalidade condicionada – nascituro tem determinados direitos, sob condição suspensiva: nascimento com vida: a personalidade civil da pessoa natural começa com o nascimento com vida, ficando resguardado os direitos do mesmo, desde que ele nasça com vida (evento futuro e incerto). (2,50)	
Conceito da teoria concepcionista – personalidade inicia a partir da concepção e fundamentação(2,50)	
Adoção do CC/2002 pela teoria concepcionista ¹ (0,50)	
Fundamentação do porquê da adoção da teoria pelo CC/2002 –art. 20, CC e doutrina majoritária (2,00)	
Parcial	
Desconto por erro gramatical (-0,25/erro) (máximo -3,00)	
TOTAL	
Questão 04 Critérios	Pontuação
Conceito de despesa pública (3,00)	
Conceito de empenho, liquidação e pagamento (3,00)	
Classificações legais e doutrinárias : (a) despesas orçamentárias e extra orçamentárias; (b) despesa efetiva e não efetiva; (c) ordinárias e extraordinárias; (d) federal, estadual e municipal. (4,00)	
Parcial	
Desconto por erro gramatical (-0,25/erro) (máximo -3,00)	

1 A Banca também aceitou, em alguns casos, a tese de que o CC/2002 adotou a teoria natalista com mitigações, desde que tal fato seja fundamentado e explicado.

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE CAXIAS
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
Seriedade, compromisso e competência.

TOTAL	
-------	--

ESPELHO DE PROVA – PEÇA PRÁTICA

O candidato, conforme enunciado, deveria redigir um parecer jurídico , acerca da constitucionalidade de um projeto de Lei a ser apresentado pelo Prefeito da cidade Y.

Para tanto, deveria se ater, pelo menos, às questões citadas, como se depreende da questão.

1. Da Supremacia Constitucional no Controle de Constitucionalidade bem como suas espécies e seus fundamentos (18 pontos).

O candidato deveria discorrer sobre:

a) Supremacia material (08 pontos): matérias tipicamente constitucionais são fundamentos do Estado de Direito e, por isso, possuem supremacia em relação ao conteúdo das leis, sendo essas matérias clássicas das constituições: direitos e garantias fundamentais, estrutura do Estado e organização dos poderes.

b) Supremacia formal (08 pontos): decorrente da rigidez. Caracteriza-se pela superioridade hierárquica das normas constitucionais. Portanto, se a constituição for rígida e dotada de supremacia formal, os atos infraconstitucionais devem observar as formalidades previstas para sua criação, sob pena de inconstitucionalidade formal, bem como o conteúdo das normas constitucionais, sob pena de inconstitucionalidade material.

2. Do parâmetro utilizado para eventual Controle de Constitucionalidade no caso concreto, fazendo referência, entre outros, aos tipos normas que compõe tal parâmetro (12 pontos).

Como citado no enunciado, a Constituição Estadual é omissa quanto ao tema objeto de Lei. Dessa forma, em razão do Art. 37, V da CF se tratar de norma de reprodução obrigatória pelos Estados em suas Constituições, o parâmetro será a Constituição Federal (norma implícita da Constituição Estadual, eis que de reprodução obrigatória).

De acordo com entendimento doutrinário e do próprio Supremo Tribunal Federal – STF, a omissão da Constituição Estadual não constitui óbice a que o Tribunal de Justiça local julgue a ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal que afronta norma constitucional de reprodução obrigatória pelos Estados (RE 598.016

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE CAXIAS
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
Seriedade, compromisso e competência.

O candidato deveria explanar ainda sobre as normas que compõe o parâmetro, sendo no caso as normas da parte permanente da CF (artigo 1º ao 250) e ADCT (apenas as normas de eficácia exaurível), além dos Princípios implícitos e Tratados e convenções internacionais de direitos humanos (CRFB/88, art. 5º, § 3º).

3. O Órgão do judiciário competente para o julgamento de eventual ação de controle concentrado de constitucionalidade da Lei (no caso do Projeto sendo aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo) citando qual seria a ação no caso descrito (06 pontos).

Conforme citado no item anterior, o Órgão responsável seria o Tribunal de Justiça do Estado X e a ação no caso descrito seria a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI.

4. Cabimento ou não de Recurso em eventual ação de controle concentrado de Constitucionalidade da citada Lei (considerando que o projeto de Lei mencionado foi aprovado) caso haja, no caso concreto, contrariedade entre a decisão proferida pelo Órgão Julgador e o sentido/alcance de dispositivo da Carta Federal. Especificar o recurso e o órgão julgador em caso de cabimento (12 pontos).

No caso exposto seria cabível o Recurso Extraordinário em razão da decisão do Tribunal de Justiça do Estado X promover interpretação conferida à Legislação contrariando o sentido e o alcance da Carta Federal, no que tange à norma de observância obrigatória. A norma (implícita) utilizada como parâmetro deveria ter reproduzido a CRFB/88, porém, o Tribunal de Justiça local a interpreta contrariamente ao sentido que o STF interpretou a norma da CRFB/88.

O recurso seria julgado pelo Supremo Tribunal Federal.